

Brasil



RS 40 MILHÕES
Lavagem com criptomoedas

PF faz operação contra russos e brasileiros envolvidos no esquema



RAIO-X DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

RETIRADA E NOVAS FRENTES

Número de policiais civis e militares cai, mas guardas municipais se espalham no país



Recuo. Policiais militares na Praça Seça, no Rio: confronto em todo o país teve queda de 6,8%, chegando a 404 mil



Dispersão. Guardas municipais em Copacabana: número de prefeituras com o serviço passou de 1.188 para 1.467

ALINE RIBEIRO
analista de dados do GLOBO

As polícias Militar e Civil e as guardas civis municipais perderam efetivo no Brasil nos últimos dez anos, segundo o levantamento Raio-X das Forças de Segurança Pública, lançado ontem pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Mas em uma tendência inversa, mostrando que a segurança deixou de ser apenas um assunto dos estados, o número de municípios que criou guardas municipais aumentou 23,5% em três anos.

De 2013 a 2023, mostra o estudo, a Polícia Militar teve uma queda de efetivo de 6,8%. O total de agentes das forças estaduais passou de 434.524 para 404.871. As polícias civis e as perícias registram uma redução de 2%. O total saiu de 116.169 para 113.899. Enquanto a PM é responsável por ações ostensivas e preventivas de combate ao crime e de preservação da ordem pública, a Polícia Civil registra e investiga denúncias de crimes. A Polícia Científica atua de forma complementar à Civil, e é responsável pelas perícias usadas nos inquéritos criminais.

Em 2019, o país tinha guardas municipais distribuídas em 1.188 municípios, com efetivo estimado em 99.510 pessoas. Em 2022, passou para 1.467 cidades, com efetivo de 95.175 pessoas. Em três anos, portanto, houve um aumento de 23,5% no número de guardas municipais estruturadas. E uma queda de 4,3% do efetivo, pelas contas do Fórum.

IMPACTO DOS CUSTOS

Segundo o estudo, o Brasil tinha, em 2023, um efetivo de 786.022 profissionais da segurança pública distribuídos em ao menos 1.623 órgãos federais, estaduais, distritais e municipais. Depois da PM, o maior número de

agentes está nas polícias civis, com 95.908 policiais, e na Polícia Penal, que atua nos presídios, com 94.673.

O levantamento aponta ainda que tanto nas polícias civis quanto nas militares há mais de 30% das vagas que não foram preenchidas. O percentual significa um déficit de 180 mil policiais militares (30,7% dos cargos) e 57 mil agentes civis (37%) em todo o país.

Para o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, a redução no tamanho do contingente policial decorre dos custos elevados com a aposentadoria de agentes de segurança e também do investimento necessário para a formação de novos soldados. Lima também destaca que a alta proporção de policiais cedidos a outros órgãos, como tribunais de justiça e casas legislativas, reduz ainda mais o número de equipes nas ruas, o que aumenta a sensação de insegurança da população.

— Há problemas de organização muito intensos, com um número muito grande de policiais cedidos para outros órgãos. No caso principal das polícias militares, também há muitos desempenhando atividades administrativas nos batalhões, nos comandos. Então temos uma policia-cara, que está em desvio de função, e que está fazendo serviço administrativo quando poderia estar na rua. Quando se reduz também o contingente nas polícias civis, que são aquelas que investigam, você perde a capacidade de esclarecer crimes e incentiva a impunidade — analisa.

O caso mais grave de redução de efetivo foi registrado no Distrito Federal, que em dez anos perdeu 31% dos seus agentes, passando de 15,4 mil para 10,5 mil. Em seguida, vem o Rio Grande do Sul, que teve uma redução de 22,5%, que signifi-

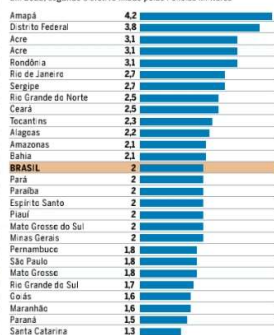
TROCA DE GUARDA

Enquanto prefeituras assumem serviços de segurança, número de policiais vem sendo reduzido



PROPORÇÃO DE POLICIAIS POR 1.000 HABITANTES

Em 2022, segundo o efetivo listado pelas Polícias Militares



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança

cou menos 5,1 mil policiais. No ano passado, a segurança pública gaúcha contava com 17,9 mil pessoas.

Em seis estados, houve aumento do número de agentes no período estudado pelo levantamento: Mato Grosso (2,6%), Pará (11,4%), Sergipe (16,4%), Maranhão (16,9%), Piauí (23,9%), Ceará (37,7%) e

Roraima (48,9%), que passou de 1.699 para 2.485 agentes. O Mato Grosso do Sul ficou praticamente estável: o efetivo de 5.225 pessoas em 2013 passou a 5.237 no ano passado, uma variação de 0,2%.

Ao comentar os números que mostram expansão das guardas municipais, mesmo com a redução do número

de guardas, o presidente do Fórum avaliou que há um processo de "municipalização da segurança", numa tentativa das prefeituras de darem uma resposta própria ao clamor da população por um combate mais efetivo à violência.

— A polícia deixou de ser uma questão estadual, por mais que os orçamentos sejam maiores. Os municípios estão respondendo pelas deficiências de efetivo e das polícias. Basta ver a cracolândia, aqui em São Paulo, onde a Guarda Civil é que responde por boa parte da vigilância. Lima classificou esse cenário como preocupante, uma vez que a falta de fiscalização do trabalho de guardas civis abre brecha para que esses grupos saiam do controle. O pesquisador lembrou que as guardas municipais não estão submetidas a órgãos de fiscalização e controle, só às próprias corregedorias.

MARCO REGULATÓRIO

Pela Constituição, o Ministério Público tem a função de controle externo da atividade policial. Mas como as guardas não são reconhecidas como polícias, elas não são submetidas a esse controle. O risco disso é que essas forças não tenham substituído as polícias, para Lima. Ele defendeu que o governo federal pense em um marco regulatório mais robusto para a segurança, que determinasse até mesmo o efetivo de cada força policial, quantos agentes seriam necessários em cada localidade, e quantos e quais agentes poderiam ser cedidos para outras atividades que não sejam relacionadas ao setor.

— Hoje, vale a lei de quem grita mais alto. Os prefeitos estão dando uma resposta que não é articulada dentro de um sistema único de segurança, mas sim que atende a um clamor social, muitas vezes difuso e

sem nenhum mecanismo de controle. A solução pode ser muito pior do que a própria realidade — afirma o presidente do Fórum.

A divisão por estados do levantamento mostra a desigualdade nas instalações das guardas municipais. São Paulo e Rio de Janeiro concentram, juntos, 45% do contingente destas forças, enquanto o Acre não possui nenhum município com esse serviço. Os dados foram obtidos de diferentes fontes, uma vez que o número de agências e profissionais pelo país destoa nos levantamentos.

PROPORÇÃO

O levantamento também mostrou que o Brasil tem, em média, dois policiais militares para cada mil habitantes. O índice está equiparado à proporção de outros países. Nos Estados Unidos, a proporção média varia de 1,8 a 2,6, como mostra a Associação Internacional de Chefes de Polícia.

Mais policiais não significa, entretanto, mais segurança, ressalva Lima. No Amápá, por exemplo, há 4,2 agentes para cada mil pessoas, mas o estado tem a maior taxa de mortes violentas do Brasil. A alta é puxada, em especial, pelo número de mortes decorrentes de intervenções policiais: o estado tem a polícia que mais mata no Brasil. Na outra ponta, Santa Catarina, com 1,3 policiais militares por mil habitantes, tem a segunda menor taxa de mortes violentas intencionais. A PM catarinense passou por uma mudança completa da gestão da segurança, descentralizando batalhões e unidades de comando.

— Ter mais policiais não é um referencial de qualidade do serviço. A forma como você opta por fazer o policiamento tem muito mais efeito do que a quantidade em si — destacou Lima. — Não dá para dizer, simplesmente, que mais polícia resolve o problema.